

Mensuração dos ativos intangíveis e respectiva avaliação dos custos nas empresas brasileiras do ramo petrolífero.

Rogério Lunedo (Unochapeco) - lunedo@unochapeco.edu.br

Silvana Dalmutt Kruger (UFSC/Unochapecó) - silvanak@unochapeco.edu.br

Andrea Carla Bordignon Lunedo (Unochapeco) - andreacb@unochapeco.edu.br

Sady Mazzioni (FURB) - sady@unochapeco.edu.br

Resumo:

O estudo tem por objetivo demonstrar os critérios de mensuração e evidenciação dos itens do grupo ativo intangível e a respectiva avaliação dos custos das empresas do ramo petrolífero listadas na BM&FBovespa no período de 2010 a 2012. Metodologicamente a pesquisa se caracteriza como descritiva, com análise documental e qualitativa, realizada por meio da análise do balanço patrimonial, notas explicativas e relatório da administração das 6 empresas que compõem o segmento analisado. Para análise dos dados, inicialmente observou-se a composição e evolução do grupo de intangíveis de cada empresa pesquisada. Os resultados evidenciam como itens intangíveis, os bônus de assinaturas, direitos e concessões, softwares e ágios (goodwill), bem como constatou-se uma variação desses intangíveis que representam entre 1,68% a 63,98% em relação aos ativos totais das empresas analisadas. Como método de determinação e apropriação dos custos dos intangíveis, observou-se que as empresas consideram o custo de aquisição da concessão para exploração, deduzida a amortização acumulada e, caso aplicável, a perda por reavaliação (impairment). Quanto à amortização, a metodologia mais utilizada pelas empresas analisadas foi o método das unidades produzidas para os itens bônus de assinaturas e direito e concessões. Observou-se que as empresas não evidenciam o valor residual dos ativos intangíveis ou os procedimentos que asseguram a existência ou não deste valor, neste aspecto deixando de atender a exigência normativa do Pronunciamento Contábil CPC 04. De modo geral, os resultados evidenciam as premissas e os critérios utilizados pelo segmento petrolífero para a mensuração dos custos dos ativos intangíveis.

Palavras-chave: *Custos dos ativos intangíveis, Mensuração dos ativos intangíveis, Pronunciamento Contábil CPC 04.*

Área temática: *Abordagens contemporâneas de custos*

Mensuração dos custos dos ativos intangíveis das empresas brasileiras do ramo petrolífero

Resumo

O estudo tem por objetivo evidenciar os critérios de mensuração dos custos dos itens do ativo intangível das empresas do ramo petrolífero listadas na BM&FBovespa no período de 2010 a 2012. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como descritiva, com análise documental e qualitativa, realizada por meio da análise do balanço patrimonial, das notas explicativas e do relatório da administração das empresas que compõem o segmento analisado. Para análise dos dados, inicialmente observou-se a composição e evolução do grupo de intangíveis de cada empresa pesquisada. Os resultados evidenciam como itens intangíveis, os bônus de assinaturas, direitos e concessões, softwares e ágios (*goodwill*). Foram constatadas variações dos intangíveis que representam entre 1,68% a 63,98% em relação aos ativos totais das empresas analisadas. Como método de determinação e apropriação dos custos dos intangíveis, observou-se que as empresas consideram o custo de aquisição da concessão para exploração, deduzida a amortização acumulada e, caso aplicável, a perda por reavaliação (*impairment*). Quanto à amortização, a metodologia mais utilizada pelas empresas foi o método das unidades produzidas para os itens bônus de assinaturas e direito e concessões. Observou-se que as empresas não evidenciam o valor residual dos ativos intangíveis ou os procedimentos que asseguram a existência ou não deste valor, deixando de atender a exigência normativa do Pronunciamento Contábil CPC 04 neste aspecto. De modo geral, os resultados evidenciam as premissas e os critérios utilizados para a mensuração dos custos dos ativos intangíveis das empresas do segmento petrolífero, bem como a importância desses itens no contexto patrimonial.

Palavras-chave: Custos dos ativos intangíveis, Mensuração dos ativos intangíveis, Pronunciamento Contábil CPC 04.

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos.

1 Introdução

Frente ao processo de globalização, as empresas precisam buscar alternativas que visam mantê-las competitivas. De acordo com Santos (2002) existe a criação da interdependência entre os mercados e países, ou seja, a globalização da economia. Isso ocorre pelo avanço da tecnologia da informação e das telecomunicações que definiram um novo cenário para as organizações, a fim de manter a competitividade. Neste contexto, é que se inserem os ativos intangíveis, devido ao crescente aumento da materialidade dos valores na composição do patrimônio das empresas.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 de 2007 provocou uma série de mudanças na maneira de mensuração, reconhecimento e evidenciação das demonstrações contábeis. A administração dos ativos intangíveis ganhou importância, haja vista a proximidade entre as normas brasileiras de contabilidade após a Lei 11.638/07 com as normas internacionais de contabilidade, incluindo o Pronunciamento Contábil CPC 04 que passou a orientar a contabilização dos ativos intangíveis (CRISÓSTOMO, 2009).

Moura, Fank e Varela (2012) salientam a importância da adequada avaliação dos custos e da relação de essencialidade dos ativos intangíveis para as entidades. De acordo com Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) para a contabilidade, os ativos intangíveis ainda é um tema que

gera bastante controvérsia, especialmente quando gerado internamente, em relação à sua identificação, avaliação e mensuração. Por isso, sua evidenciação nas demonstrações contábeis visa facilitar a compreensão da situação econômico-financeira das organizações, especialmente pelos investidores, acionistas e outros usuários das informações.

De acordo com Abreu, Diehl, Macagnan (2013) as empresas têm conhecimento da existência dos ativos intangíveis, porém este grupo não recebe a devida importância, seja pela falta de informação ou falta de habilidade para identificar e mensurar fatores não visíveis aos executivos. Esta situação evidencia para as dificuldades na mensuração e avaliação dos custos dos ativos intangíveis.

Schmidt e Santos (2002) destacam que o valor das entidades cotadas na maioria das bolsas de valores do mundo é próximo ao dobro de seu valor contábil e nos Estados Unidos o valor de uma entidade varia entre duas e nove vezes o seu valor contábil. Ainda, de acordo com a pesquisa, é possível perceber que a mensuração dos ativos intangíveis das organizações, não exatamente representa o real valor contábil da mesma.

Para Crisóstomo (2009) o tratamento dos ativos intangíveis parece estar em evidência, haja vista sua importância no cenário econômico atual, caracterizado pela constante inovação, difusão da tecnologia da informação, pela ascendência dos fatores intangíveis e pela manifestação de novos conceitos de riqueza, como o capital intelectual.

No Brasil, apesar do CPC 04 (2010) prever o método da reavaliação, a Lei 11.638/07 não permite a reavaliação espontânea de ativos, incluindo os intangíveis. Para Padoveze, Benedicto e Leite (2012) quando um ativo é reavaliado a valor de mercado, todos os demais bens do mesmo grupo passam a ser contabilizados pelo mesmo método, salvo a inexistência de mercado para o bem. Assim, o reconhecimento e mensuração dos intangíveis são etapas importantes que refletem em todo processo de avaliação dos custos destes itens patrimoniais.

Neste contexto, surge o problema de pesquisa: **Quais os critérios utilizados na mensuração dos custos dos itens dos ativos intangíveis das empresas brasileiras do segmento petrolífero?** O objetivo do estudo é evidenciar os critérios de mensuração dos custos dos itens do ativo intangível das empresas do segmento petrolífero listadas na BM&FBovespa no período de 2010 a 2012.

A escolha do tema se justifica pelas alterações promovidas pelo CPC 04, em relação à forma de mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis, bem como, distinguir os ativos intangíveis, a forma de reconhecimento, vida útil e amortização existente em cada empresa. Além disso, ressalta-se a importância das informações divulgadas pelas empresas, voltando-se à confiabilidade e comparabilidade das demonstrações contábeis, que assegure a análise dos acionistas, investidores e demais usuários da contabilidade.

Além desta Introdução o estudo estrutura-se em quatro seções. A segunda seção apresenta o aporte teórico a respeito de ativos intangíveis. A terceira seção enfatiza os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Em seguida são analisados os dados coletados, visando contemplar o objetivo proposto para o estudo e por fim apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

2 Referencial teórico

Esta seção contempla as características dos ativos intangíveis, os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação exigidos pelo CPC 04 para itens intangíveis, bem como, outras pesquisas correlatas à temática estudada.

2.1 Ativos intangíveis

Os ativos podem ser classificados como materiais ou tangíveis e imateriais que são os itens intangíveis. As normas contábeis que tratam a respeito de ativos intangíveis foram

emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) no contexto internacional e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no Brasil, por meio da IAS 38 e CPC 04, respectivamente.

A Lei 11.638 de 2007 define ativos intangíveis como sendo direitos que têm por objeto bens incorpóreos que são destinados para manter as entidades ou praticados para essa finalidade, ao passo que o CPC 04 (2010) define-os como ativos não monetários identificáveis e sem substância física.

Os ativos intangíveis não possuem forma física, podem ser controlados, identificáveis e gerar benefícios econômicos futuros, a fim de diferenciar-se do ágio. O gasto incidido na aquisição ou geração internamente, deve ser contabilizado como despesa quando não atender a todos os requisitos para ser considerado um ativo intangível, conforme o CPC 04 (2010).

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008) apontam que diferentemente dos ativos tangíveis, que são visivelmente identificados e contabilmente separados, os intangíveis por vezes não o são. Iudícibus e Marion (2008) definem como ativos intangíveis ou incorpóreos, aqueles bens que não se podem tocar, pegar e que passaram a ter importância após ondas de fusão e incorporação na Europa e Estados Unidos.

Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) destacam que na literatura brasileira são encontradas diversas formas de definir ativos intangíveis, mas todas seguem aspectos que se referem às características dos recursos de natureza intangível, que são: (i) destinar-se à manutenção das atividades da companhia; (ii) configurar-se como direito, que tem por objeto um bem corpóreo; e (iii) gerar benefícios econômicos futuros. Desta forma, se destaca que a característica de benefícios futuros, refere-se à capacidade de, isoladamente ou em conjunto com outros ativos, contribuir para a geração de receitas.

Para Schimidt e Santos (2002), ativo intangível é um recurso incorpóreo controlado pela organização e capaz de produzir fluxos de caixa futuramente. Assim, pode-se dizer que ativo intangível é um bem sem forma física, porém possível de ser mensurado.

Os ativos intangíveis são um subgrupo de contas do ativo e representam os bens que, geralmente, não possuem forma física, isto é, bens incorpóreos e caracterizam-se pela capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. São exemplos de ativos intangíveis de acordo com o CPC 04 (2010), software, direitos autorais, patentes, lista de clientes, franquias, nome, imagem, entre outros.

Conforme Santos (2002), podem ser classificados alguns elementos como intangíveis, como por exemplo: marcas e nomes de produtos; pesquisa e desenvolvimento; goodwill; direitos de autoria; patentes; franquias; desenvolvimento de software; licenças; contratos de alugueis; contratos de franquia; tecnologia patenteada ou não; base de dados; lista de clientes e direitos de operação e transmissão (rádio e televisão).

Ritta, Ensslin e Ronchi (2010, p. 65), salientam que os “[...] Ativos Intangíveis com outros fatores, tais como localização geográfica, habilidades gerenciais e aspectos comerciais propiciam vantagens na geração de resultados e diferencial competitivo no mercado empresarial”. Neste aspecto torna-se imprescindível seu reconhecimento, mensuração e evidenciação de forma adequada.

2.2 Reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis

O reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis são etapas de grande importância que refletem em todo processo de avaliação dos custos destes itens. Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008) a caracterização de um ativo intangível no momento do registro inicial é muito importante para fins contábeis. Toda mensuração posterior ao registro inicial varia de acordo com a vida útil definida ou indefinida do ativo intangível.

Conforme o CPC 04 (2010), um ativo somente será reconhecido no balanço patrimonial se atender aos requisitos: (i) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e (ii) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Para Coelho e Monteiro (2001) a caracterização e o reconhecimento de um ativo intangível têm suas propriedades, onde basta a falta de uma das características para o não reconhecimento da existência de um ativo em termos contábeis. É importante destacar que a mensuração de um ativo intangível ocorre inicialmente pelo custo, seja ele para adquirir o bem, ou para desenvolver internamente.

O CPC 04 (2010) estabelece que um ativo intangível possa ser baixado, contudo, isso de fato somente pode ocorrer por dois motivos: a) quando ocorrer a venda e, b) quando não tem mais capacidade de gerar benefícios econômicos futuros. Neste sentido, conforme o CPC 04 (2010), a entidade deve utilizar seu julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo, com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior peso às evidências externas.

De acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2012), o ativo intangível sempre deve ser mensurado inicialmente pelo seu custo, entretanto, deve incluir o preço pago na aquisição, inclusive os impostos não recuperáveis e quaisquer custos atribuíveis à preparação do bem para o uso pretendido pela administração da entidade. A formação do valor de custo do ativo cessa a partir do momento que o mesmo está a disposição para a finalidade proposta pela administração. O método da reavaliação permite à empresa adotar esta política após a contabilização inicial pelo método do custo, onde consiste em considerar o valor de mercado do ativo intangível.

Já a mensuração dos ativos intangíveis na combinação de negócios para determinação do valor justo ou de mercado, deve considerar conforme Padoveze, Benedicto e Leite (2012) a ordem hierárquica, preço de mercado se houver mercado ativo específico, preço de mercado de itens similares, na ausência de mercado ativo específico, custo de reposição na condição atual e valor presente dos fluxos de caixa futuros. Estes são alguns pré-requisitos para determinação do valor justo do ativo nesta modalidade de mensuração.

Segundo Belém e Marques (2012) muitos dos ativos intangíveis das empresas, apesar de não estarem evidenciados no balanço patrimonial, possibilitam que as empresas os utilizem para agregar valor e rentabilidade. Destacam ainda que uma das formas de identificar quanto os ativos intangíveis impacta no valor da empresa é por meio do quociente entre valor de mercado destes elementos e o valor do patrimônio líquido.

2.3 Vida útil e amortização dos ativos intangíveis

A vida útil do bem é determinante para definir se o mesmo será amortizado ou não. Considerando o CPC 04 (2010) a contabilização considera a vida útil do ativo intangível, pois ela pode ser definida ou indefinida.

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008, p. 229): “Se há vida útil conhecida, confiavelmente determinada, utiliza-se amortização (*amortization approach*); se não há vida útil conhecida, ou sua delimitação é impossível de obter de modo confiável, utiliza-se a abordagem dos testes de recuperação (*impairment approach*)”.

De acordo com o CPC 04 (2010) a vida útil de um ativo intangível pode ser definida ou indefinida, isto é, quando definida, significa que existe uma caracterização do período que o bem ficará a disposição da empresa para os fins por ela estabelecidos. Caso não haver possibilidades de estimar o período que o bem estará à disposição da entidade para gerar benefícios econômicos futuros conforme planejado, a vida útil será indefinida.

A amortização de um ativo intangível com vida útil definida deve iniciar a partir do momento que estiver em local e condições estabelecidas pela empresa para gerar benefícios econômicos futuros. Conforme Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. 331) “A amortização da vida útil econômica do ativo intangível deve começar quando estiver disponível para uso e cessar quando o ativo for destinado à venda ou baixado”.

De acordo com o CPC 04 (2010) devem ser observados alguns critérios para determinação da vida útil dos ativos intangíveis para apuração da amortização, quais sejam: uso esperado do ativo; ciclos de vida típicos para o ativo; obsolescência técnica, tecnológica e comercial; estabilidade do setor; nível de gastos de manutenção para obtenção dos benefícios econômicos futuros e limites legais e, período de controle sobre o ativo.

Quando o bem possuir vida útil indefinida, não há possibilidade de amortização. Conforme Schmidt e Santos (2002) caso não existir condições legais, regulamentares, contratuais competitivas, econômicas ou qualquer outro fator que limita a vida útil do ativo intangível, para fins de publicação da entidade, este será considerado com vida útil indefinida, diferente de infinita. Posteriormente o CPC 04 (2010) descreve que a definição de vida útil de ativo intangível como indefinida depende da análise de todos os fatores relevantes e, mesmo assim, não possibilitar a definição de um limite previsível para gerar benefícios futuros.

O CPC 04 (2010) determina ainda que os ativos intangíveis das entidades devem ser testados quanto à perda de valor, comparando o valor recuperável com o valor contábil, anualmente, ou sempre que existir sinais de perda de valor do ativo intangível. Ainda, os ativos intangíveis podem ser originados de duas formas, quando adquirido ou comprado como também gerado internamente, isto é, a partir de pesquisa e desenvolvimento pela própria empresa, contudo a contabilização recebe tratamento diferenciado.

A contabilização de um ativo na classe de gerado internamente consiste em apurar quanto custou este ativo e qual a expectativa do mesmo em gerar benefícios econômicos futuros para a empresa. Para Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p.330):

Ativos intangíveis não vinculados a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços e novas tecnologias, tais como marcas, títulos de publicações, listas de clientes e similares gerados internamente, não devem ser reconhecidos, tendo em vista que os custos incorridos com estes ativos não podem ser separados dos demais custos relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo.

Quando a vida útil do ativo intangível for indefinida, este não será amortizado, mas sim, avaliado por *impairment*. Para Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. 332) “Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não podem ser amortizados, porém devem ser testados por *impairment* (conforme a IAS 36 e o CPC 1), obrigatoriamente, uma vez por ano ou sempre que houver indicação de redução em seus valores recuperáveis”.

Cabe destacar que um ativo intangível pode ser amortizado por determinado período e após passar pelo teste de *impairment*. Conforme Schmidt e Santos (2002, p. 21) “Se um ativo intangível está sendo amortizado e posteriormente se determina que a vida útil do ativo seja indefinida, o ativo será objeto do teste de *impairment*, [...]”. Assim, o ativo que anteriormente era amortizado receberá tratamento contábil igual aos ativos intangíveis, que não amortiza.

De acordo com Schmidt e Santos (2002) o teste de *impairment* de um ativo intangível consiste em comparar o valor justo do mesmo com aquele registrado na contabilidade. Caso o valor contábil do ativo intangível registrado na contabilidade exceder o valor justo, ocorre a perda com *impairment*, que será reconhecido e registrado o valor do excesso. O CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos) destaca que um ativo intangível com vida útil indefinida seja testado no mínimo anualmente com relação à redução ao valor recuperável,

comparando seu valor contábil com o valor recuperável, independentemente de haver ou não alguma indicação de que possa existir redução ao valor recuperável.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008) um ativo intangível adquirido separadamente deve ser contabilizado pelo seu custo. Destacam ainda, se adquirido como parte de negócio, sua contabilização deve ocorrer separadamente do *goodwill*, desde que a mensuração seja possível de forma confiável no momento do registro inicial.

Em conformidade ao CPC 04 (2010) é difícil avaliar se um ativo intangível gerado pela empresa se qualifica para reconhecimento, devido às dificuldades para identificar se, e quando, existe um ativo identificável que gerará benefícios econômicos futuros esperados e determinar com confiabilidade o custo do ativo. A fim de qualificar a avaliação de um ativo intangível gerado internamente, deve-se observar se o mesmo atende aos requisitos de reconhecimento e também classificar a geração do ativo na fase de pesquisa e de desenvolvimento. Na fase de pesquisa nenhum ativo será reconhecido, pois todos os gastos até o momento serão reconhecidos como despesas.

Está incluso ao ativo intangível gerado internamente, todos os gastos atribuíveis à sua criação, produção e preparação para funcionar de acordo com os anseios da administração. De acordo com o CPC 04 (2010), a diferença entre intangíveis gerados internamente ou adquiridos separadamente, está na forma de contabilização dos gastos com os mesmos, sendo que o gerado internamente é mais complexo e obscuro para estabelecer seu valor.

2.4 Pesquisas anteriores relacionadas ao tema estudado

Os estudos apresentados a seguir contribuem com a pesquisa, a fim de elucidar os critérios utilizados para mensuração dos custos e evidenciação dos ativos intangíveis nas organizações.

Schnorrenberger (2004) destaca a importância dos ativos intangíveis nas organizações, principalmente àquelas que dispõem de produtos ou serviços de alto valor agregado. Além disso, explica que devido à resistência de alguns grupos econômicos é difícil identificar e mensurar os ativos intangíveis. No entanto, salienta que a análise e avaliação contínua dos ativos intangíveis se constituem uma questão de sobrevivência para às organizações e uma lacuna a ser preenchida pelos profissionais contábeis.

Com enfoque aos critérios de mensuração dos custos Abreu, Diehl, Macagnan (2011), analisaram a aplicação de um modelo de mensuração de custos intangíveis. O modelo foi aplicado em uma empresa de transporte ferroviário de passageiros e mostrou-se adequado, avaliando os custos aplicados nos fatores que gerarão benefícios ou ganhos e não sendo interessante despende esforços em outros ativos que não sejam estrategicamente relevantes.

A pesquisa de Valadão, Dornelles, Sancovschi (2013), documentou o tratamento contábil dado pelas empresas aos intangíveis, especificamente aos custos de desenvolvimento e produção de *softwares* e de base de dados, cujos direitos de uso e acesso são comercializados. Os resultados demonstram que os contadores e administradores seguiram as orientações do CPC 04, classificando estes itens na categoria de Ativos Intangíveis.

Moura, Fank e Varela (2012) analisaram a evidenciação dos ativos intangíveis de empresas do setor de energia elétrica que são listadas na bolsa BM&FBovespa no período de 2006 a 2008 a fim de verificar os itens que compõe este grupo do ativo. O estudo apontou para o aumento de empresas que evidenciaram seus ativos intangíveis, principalmente devido a reclassificações e novos investimentos. Deste modo, aumentou a quantidade e qualidade das informações e contribuiu principalmente para o processo de tomada de decisão.

O estudo de Dos Santos et al. (2012) visou averiguar a relação existente entre o grau de intangibilidade e de inovação nas empresas inovadoras no Brasil, a fim de verificar os efeitos ocasionados pelo reconhecimento dos ativos intangíveis no patrimônio destas

organizações. Os resultados desta pesquisa apontam que o *goodwill*, *software*, concessões, marcas e patentes são os mais significativos nas empresas pesquisadas. De acordo com a pesquisa no ano de 2009 a média do valor de mercado de empresas inovadoras foi superior ao dobro do seu capital próprio e esta diferença foi atribuída aos ativos intangíveis.

Crisóstomo (2009) buscou com seu estudo, comparar os critérios de reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis entre o Brasil e outros países. Como resultado da pesquisa, apresentou que ainda existem controvérsias e que internacionalmente falta uniformidade ao mesmo tempo em que a harmonização é questionada. No Brasil, existe carência de formalização das normas referente aos aspectos estudados pela Lei 11.638/07, contudo o CPC 04 trouxe certa clareza com relação ao assunto, mas não o suficiente para pleno entendimento.

O estudo de Cardoso, Maia e Ponte (2012) objetivou verificar e confrontar as práticas de *disclosure* dos ativos intangíveis adotadas pelos 10 clubes de futebol mais valiosos do Brasil, de acordo com o ranking da RCS (2009) frente aos 10 mais valiosos do mundo conforme a revista Forbes (2009). Os resultados da pesquisa apontaram diferença estatística significativa entre os níveis de *disclosure* dos clubes brasileiros e estrangeiros, percebendo maior preocupação dos clubes estrangeiros com a transparência das demonstrações contábeis.

3 Procedimentos metodológicos

O estudo buscou identificar os critérios de mensuração, evidenciação e divulgação dos ativos intangíveis utilizados pelas empresas do ramo de petróleo listadas na BM&FBovespa. Metodologicamente, a pesquisa tem característica descritiva, pois consistiu em verificar informações contidas nas demonstrações contábeis das empresas analisadas acerca da mensuração, evidenciação e divulgação dos ativos, por meio de análise do relatório da administração, balanço patrimonial e notas explicativas de 2010 a 2012. Para Vergara (2006) a pesquisa descritiva apresenta as características de determinada população ou fenômeno.

Com relação à abordagem do problema, o estudo tem atributo qualitativo, pois conforme Raupp e Beuren (2012, p. 92) “a abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo [...]”. Ainda é destacado pelos autores que a pesquisa qualitativa proporciona análises mais intensas a cerca do elemento em estudo.

A análise da mensuração, evidenciação e divulgação dos itens de ativos intangíveis das empresas do ramo de petróleo listadas na BM&FBovespa, ocorreu por meio da análise das demonstrações contábeis e notas explicativas, divulgadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) referente aos exercícios de 2010 a 2012. A Tabela 1 evidencia as empresas que compõem a população em estudo.

Tabela 1 - Empresas que compõem a pesquisa

EMPRESA	SEGMENTO
HRT PARTICIPAÇÕES EM PETRÓLEO S.A	NM*
OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A	NM*
PACIFIC RUBIALES ENERGY CORP.	DR2**
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS	
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A	NM*
REFINARIA DE PETROLEOS MANGUINHOS S.A	

* Cia Novo Mercado ** BDR Nível 2

Fonte: Dados da pesquisa

Destaca-se que não foram localizadas as demonstrações contábeis relacionadas ao período analisado da empresa Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A que faz parte das empresas listadas na bolsa de valores BM&FBovespa, no ramo de petróleo, desta forma as considerações do estudo não se aplicam a mesma. Deste modo, a amostra final da pesquisa é composta por cinco empresas.

A obtenção dos dados ocorreu por meio de pesquisa documental, caracterizado como pesquisa bibliográfica, pois consiste em analisar material já elaborado. Conforme Gil (2010, p. 45) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Deste modo, a partir da amostra foi possível analisar as demonstrações contábeis do período 2010 a 2012 das empresas evidenciadas na Tabela 1. Com base nos dados, foram identificados os métodos adotados para mensuração dos custos dos ativos intangíveis.

4 Análise dos resultados da pesquisa

Com base nas demonstrações contábeis e notas explicativas das empresas petrolíferas listadas na BM&FBovespa, foram obtidas as informações apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Participação dos ativos intangíveis em relação ao ativo total das empresas

HRT PARTICIPAÇÕES EM PETRÓLEO S.A (em milhares de reais)	ATIVO TOTAL	ATIVO INTANGÍVEL	% INTANGÍVEL versus ATIVO TOTAL
2012	4.256.468	2.723.411	63,98%
2011	5.390.091	2.190.842	40,65%
2010	2.965.652	173.601	5,85%
OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A (em milhares de reais)	ATIVO TOTAL	ATIVO INTANGÍVEL	% INTANGÍVEL versus ATIVO TOTAL
2012	17.116.348	2.060.438	12,04%
2011	14.350.197	1.512.724	10,54%
2010	9.988.534	4.589.418	45,95%
PACIFIC RUBIALES ENERGY CORP. (em milhares de reais)	ATIVO TOTAL	ATIVO INTANGÍVEL	% INTANGÍVEL versus ATIVO TOTAL
2012	14.502.859	243.284	1,68%
2011	10.152.212	270.091	2,66%
2010	6.570.972	284.113	4,32%
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS (em milhões de reais)	ATIVO TOTAL	ATIVO INTANGÍVEL	% INTANGÍVEL versus ATIVO TOTAL
2012	677.716	81.207	11,98%
2011	600.097	81.434	13,57%
2010	413.285	83.098	20,11%
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A (em milhares de reais)	ATIVO TOTAL	ATIVO INTANGÍVEL	% INTANGÍVEL versus ATIVO TOTAL
2012	2.434.042	536.130	22,03%
2011	2.729.723	535.205	19,61%
2010	1.054.740	5.836	0,55%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 2 proporciona verificar a crescente evolução na mensuração e divulgação dos ativos intangíveis na empresa HRT Participações em Petróleo S.A nos anos de 2010, 2011 e 2012. As demonstrações da HRT foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e assinalaram evolução e representatividade significativas dos intangíveis, indicando 63,98% da totalidade do ativo para este grupo em 2012.

A variação do intangível da HRT ocorreu devido ao bônus de assinatura por aquisição da HRTC no ano de 2011, acrescendo ao grupo R\$ 1.629.015. No ano seguinte o que mais contribuiu para o aumento do valor do ativo intangível foram os gastos exploratórios, consequência da aquisição da concessão do bônus de assinatura da HRTC.

Para apurar o valor dos ativos intangíveis a empresa considerou os bônus de assinaturas e gastos exploratórios a ser amortizados pelo método de unidades produzidas, que considera a produção de cada concessão e o volume de cada reserva. Além destes, compõem este grupo os softwares e outros, além do ágio advindo com a aquisição da HRT Canadá.

O registro dos ativos intangíveis da empresa considera o custo de aquisição deduzindo a amortização acumulada e perdas do valor recuperável. A contabilização dos gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento ocorre pelo método dos esforços bem sucedidos. Os custos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas são lançados diretamente no resultado.

De acordo com a Tabela 2, a mensuração e divulgação das demonstrações da OGX Petróleo e Gás Participações S.A apresentaram variação dos valores e percentuais do grupo de ativos intangíveis, em 2010 e 2011. A variação é devido à reclassificação ocorrida no item Imobilizado de Produção e Exploração no valor de R\$ 5.916.928, transferido para o grupo imobilizado. Tal procedimento ocorreu com objetivo de alinhar as práticas contábeis da Cia àquelas utilizadas por suas congêneres.

A empresa indica que observa os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como efetua revisão anual do valor contábil líquido dos ativos, com objetivo de avaliar eventos ou mudanças no cenário econômico e se baseia no valor presente líquido do fluxo de caixa futuro estimado. O registro do intangível ocorre pelo custo de aquisição, ajustado ao valor de recuperação, quando aplicável.

A composição do grupo de ativos intangíveis considera os sistemas e programas de informática e intangível que sofreram reclassificação em 2011, antes classificados no grupo de imobilizado, bônus de assinatura pagos e ainda, os valores pagos em aquisições de participações de terceiros por baixa relativa ao pagamento de parcela de bônus de assinatura de um bloco para a Agência Nacional de Petróleo (ANP), além da reclassificação do imobilizado de exploração e produção anteriormente classificados como intangíveis.

O saldo total do grupo intangível não fora reclassificado integralmente, restando à parcela relacionada aos bônus de assinatura, devido a sua natureza. Para amortização dos bônus de assinaturas, a empresa tem como base o método das unidades produzidas aplicada apenas ao campo de Tubarão Azul, o único com comercialidade declarada e em produção. Para os demais intangíveis, como sistemas e programas de informática, utiliza o método linear com percentual de 20% ao ano.

As demonstrações financeiras da empresa Pacific Rubiales Energy Corp. são elaboradas conforme os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Compõe o grupo de ativos intangíveis os direitos à capacidade disponível do complexo de oleoduto OCENSA na Colômbia e são expressos com base no custo de aquisição deduzida amortização acumulada e perdas por *impairment*, conforme a Tabela 2.

A amortização é baseada no direito da OCENSA no uso da capacidade de 160 milhões de barris durante a vigência do contrato, ou seja, utiliza-se do método de unidades produzidas limitada ao estabelecido pelo contrato. A Cia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida que não estão sujeitos a amortização. Os intangíveis gerados internamente não são capitalizados e as despesas são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

A Tabela 2 também evidencia o grupo de ativos intangíveis da Petrobrás e indica redução do mesmo no decorrer do período analisado. Constitui este grupo, direitos e concessões, software adquiridos e desenvolvidos internamente e ágio com expectativa de rentabilidade futura *goodwill*, contabilizado nas demonstrações contábeis individuais na conta

investimento. A empresa indica que elaboração das demonstrações contábeis é realizada com base nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis do Brasil.

O ativo intangível da Petrobras está evidenciado pelo custo de aquisição, deduzida amortização acumulada e perdas por reavaliação (*impairment*). As notas explicativas da empresa explicam que os bônus de assinatura das concessões e a cessão onerosa, enquanto estão no ativo intangível não são amortizados. De acordo com as notas explicativas para elaboração das demonstrações contábeis, a amortização de alguns ativos é calculada por estimativas que são revisadas periodicamente, no entanto, ainda pode haver divergências no real valor destes ativos.

A amortização dos demais ativos intangíveis da Petrobrás, ocorre de forma linear conforme estimativa da vida útil. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, contudo passam por reavaliação anual para determinar se a avaliação é ainda justificável.

A composição do grupo de ativos intangíveis da QGEP não diverge das demais, apresentando aquisição de concessão exploratória, bônus de assinatura e software. A elaboração e apresentação das demonstrações contábeis são preparadas de acordo com as práticas contábeis do Brasil e com base nas normas internacionais de relatório financeiro - IFRS. A variação de 9.127,6% do intangível da companhia em 2010 e 2011 é justificada pela assinatura do contrato de direitos de concessão.

O grupo de ativos intangíveis apresenta os gastos com concessões exploratórias e bônus de assinaturas de concessões de exploração de petróleo e gás natural. O registro destes ocorre pelo custo de aquisição e, quando necessário, pelo valor recuperável. A amortização se dá pelo método de unidades produzidas. Os gastos com aquisição de direitos da exploração de leilões da ANP não estavam sendo amortizados, pois se referiam às áreas de concessão em fase exploratória. Anualmente realizam avaliação qualitativa dos ativos exploratórios de óleo e gás, a fim de identificar fatos que orientam para a necessidade de reavaliação (*impairment*).

A Tabela 3 ilustra quais itens compõe o ativo intangível de cada empresa.

Tabela 3 – Tipos de ativos intangíveis evidenciados

EMPRESA	INTANGÍVEL RELACIONADO	VALOR R\$
HRT PARTICIPAÇÕES EM PETRÓLEO S.A *	Bônus de assinaturas (diversos)	1.499.652
	Gastos exploratórios	810.270
	Software e outros	11.018
	Ágio	406.530
	Amortização acumulada	- 4.059
TOTAL		2.723.411
OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A *	Bônus de assinaturas	2.040.807
	Sistemas/programas de informática	19.631
TOTAL		2.060.438
PACIFIC RUBIALES ENERGY	Bônus de assinatura OCENSA	243.284
TOTAL		243.284
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS **	Direitos e concessões	78.702
	Software adquiridos	386
	Software desenvolvido internamente	1.178
	Ágio com expectativa de rentabilidade futura <i>goodwill</i>	941
TOTAL		81.207
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A *	Aquisição de concessão exploratória	529.399
	Bônus de assinatura	4.364
	Software	2.367
TOTAL		536.130

* Expresso em milhares de reais ** Expresso em milhões de reais

Fonte: Dados da pesquisa

Visando melhorar a compreensão das informações acerca dos intangíveis das empresas participantes da pesquisa, a Tabela 3 ilustra quais itens compõe o ativo intangível de cada empresa, bem como, os valores de cada subgrupo. Ainda, demonstra a composição do grupo de ativos intangíveis, ressaltando a existência dos mesmos itens na maioria das empresas do setor de petróleo. Evidencia também a formação e registro do custo de aquisição dos intangíveis, além da amortização, apresentada detalhadamente na empresa HRT Participações em Petróleo S.A. e inclusa no valor do bem nas demais empresas.

Os itens que mais se destacam em representatividade de valor neste grupo são os bônus de assinaturas e direitos, aquisição e concessão exploratória, além de software e ágio que algumas relacionam neste grupo. Considerando as informações das demonstrações contábeis, relatório da administração e notas explicativas não se constatou existência de registros e justificativas acerca do valor residual dos itens relacionados no grupo de ativos intangíveis, conforme a normativa e registros evidenciados pelo CPC 04.

4.1 Critérios de mensuração dos ativos intangíveis

A partir da identificação dos itens patrimoniais, de suas características e valores, foram identificados junto às notas explicativas das empresas estudadas os critérios utilizados para sua avaliação, visando identificar os custos.

Tabela 4 – Critérios de mensuração dos custos dos ativos intangíveis evidenciados

EMPRESA	INTANGÍVEL RELACIONADO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: identificação dos custos dos ativos intangíveis
HRT PARTICIPAÇÕES EM PETRÓLEO S.A	Bônus de assinaturas (diversos)	Custo de aquisição e, posteriormente, deduzidas a amortização acumulada e perdas do valor recuperável
	Gastos exploratórios	Método dos esforços bem sucedidos
	Software e outros	Custo de aquisição e, posteriormente, deduzida a amortização acumulada e perdas do valor recuperável
	Ágio	Reavaliação anual
OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A	Bônus de assinaturas	Custo de aquisição, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação
	Sistemas e programas de informática	Custo de aquisição, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.
PACIFIC RUBIALES ENERGY CORP.	Bônus de assinatura OCENSA	Pelo valor inicialmente pago, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) acumulado.
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS	Direitos e concessões	Custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por <i>impairment</i> .
	Software adquiridos	Custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por <i>impairment</i> .
	Software desenvolvido internamente	Custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por <i>impairment</i> .
	Ágio com expectativa de rentabilidade futura <i>goodwill</i>	Custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por <i>impairment</i> .
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A	Aquisição de concessão exploratória	Custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.
	Bônus de assinatura	Custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.
	Software	Custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 4 apresenta os critérios utilizados para identificar os custos dos ativos intangíveis, conseqüentemente demonstra a forma de avaliação e mensuração da composição dos itens patrimoniais das empresas da amostra. Observa-se que em alguns casos houve a redução de valor por consequência das perdas por *impairment*.

De modo geral, os resultados evidenciam que embora o assunto intangível seja relativamente recente e por vezes controverso, as empresas do setor de petróleo observam as normas brasileiras, CPC 04 e nas demonstrações contábeis ocorre evidências da mensuração, evidenciação e divulgação dos ativos intangíveis.

Relacionando com os estudos anteriores, os resultados apontam à evolução da mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis já reclassificados, considerando que em pesquisas anteriores, como a realizada por Moura, Fank e Varela (2012) a evidenciação ainda não refletia a realidade dos intangíveis, pois estavam demonstrados em outros grupos de ativos, como por exemplo, no grupo de investimentos.

O estudo realizado por Cardoso, Maia e Ponte (2012) nas práticas de divulgação do ativo intangível em clubes de futebol indica para a divergência significativa das práticas adotadas pelos clubes do Brasil frente aos clubes internacionais quanto à norma IAS 38, o que não ocorreu em relação às evidenciações da atual pesquisa, onde as evidências direcionam para a padronização na mensuração, evidenciação e divulgação dos intangíveis das empresas, em consonância ao CPC 04 nos relatórios financeiros e nas demonstrações contábeis.

5 Considerações finais

O estudo se justifica pelas recentes alterações ocorridas na mensuração, evidenciação e divulgação dos itens patrimoniais, classificados como ativos intangíveis a partir do Pronunciamento Técnico CPC 04 e IAS 38, bem como, pela relevância destes ativos nas demonstrações contábeis e no processo de tomada de decisão.

A pesquisa teve por objetivo, verificar se as práticas adotadas pelas empresas do setor de petróleo listadas na bolsa de valores BM&FBovespa observam e/ou atendem às exigências do Pronunciamento Técnico CPC 04 e IAS 38. Por meio das demonstrações contábeis e notas explicativas, identificaram-se os critérios e formas de mensuração, evidenciação e divulgação dos ativos intangíveis das empresas do estudo.

Quanto à mensuração, evidenciação e divulgação dos ativos intangíveis das empresas do ramo de petróleo listadas na BM&FBovespa, se observou unanimidade nos preceitos utilizados para composição deste grupo do ativo. Embora as premissas se distingam entre as empresas analisadas, os critérios utilizados atendem as normas brasileiras de contabilidade em relação às exigências de evidenciação, conforme pode-se observar no conjunto das notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis.

Como método de determinação e apropriação do custo dos intangíveis, constatou-se que todas consideram o custo de aquisição da concessão para exploração deduzida a amortização acumulada e, caso aplicável, a perda por reavaliação (*impairment*).

Quanto à amortização, a metodologia mais utilizada pelas empresas analisadas foi o método das unidades produzidas para os itens direito e concessões e bônus de assinaturas. Outros intangíveis possuem vida útil indefinida, conseqüentemente, não amortizam, enquanto alguns são amortizados pelo método linear, de acordo com a estimativa da vida útil.

Considerando os aspectos e finalidades do Pronunciamento Técnico CPC 04, constataram-se que as empresas não teceram comentário referente ao valor residual dos ativos intangíveis, tampouco procedimentos que asseguram a existência ou não deste valor para os itens que compõe o grupo dos intangíveis, neste quesito deixando de atender a exigência da normativa contábil.

Pela análise da participação dos ativos intangíveis frente ao ativo total das empresas, observaram-se dois cenários distintos. Enquanto duas empresas, a HRT Participações em Petróleo e QGEP Participações S.A, aumentaram a representatividade do intangível no ativo total. A OGX Petróleo e Gás Participações S.A, a Pacific Rubiales Energy Corp. e a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras reduziram este percentual. Contudo, as variações ocorridas no intangível das empresas da pesquisa estão justificadas em suas notas explicativas e devidamente adequadas às normas relacionadas.

Ainda em relação à variação do percentual de representatividade do intangível no ativo total, contribuíram para o aumento ou redução do valor e percentual dos intangíveis, novos bônus de assinaturas e direitos de concessão além da reavaliação (*impairment*).

O estudo demonstra que as empresas observaram os quesitos fundamentais para mensurar, evidenciar e divulgar seus ativos intangíveis em conformidade às normativas brasileiras para a evidenciação das demonstrações contábeis, conforme o CPC 04, a fim de proporcionar maior confiabilidade e qualidade nas informações disponibilizadas ao processo de tomada de decisão.

Portanto, os resultados equiparam-se ao estudo de Valadão, Dornelles, Sancovschi (2013) em que os contadores e administradores seguiram as orientações do CPC 04 para divulgação dos ativos intangíveis, mesmo com as dificuldades encontradas para a mensuração dos custos, devido à falta de habilidade em identificar fatores não visíveis. Os achados de Moura, Fank e Varela (2012) também comparam-se ao deste estudo, apontando aumento da evidenciação dos ativos intangíveis e conseqüentemente aumento na quantidade e qualidade das informações.

Para novas pesquisas sugere-se a realização de estudos que contemplem a análise das premissas de mensuração, evidenciação e divulgação dos ativos intangíveis, bem como, a aplicação dos critérios recomendados pelo CPC 04, quanto ao reconhecimento e avaliação, bem como a relação das práticas contábeis de outras entidades, visando à comparabilidade das informações e dos padrões utilizados por outro conjunto de organizações.

REFERÊNCIAS

BELÉM, V. C.; MARQUES, M. M. A influência dos ativos intangíveis na rentabilidade do patrimônio líquido das empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., São Paulo, 2012. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Planalto: [Brasília], [2007]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

MONTEIRO, A. A. S.; COELHO, F. S. Ativo Intangível: Uma abordagem teórica. **Pensar Contábil. Rio de Janeiro, ano IV**, n. 12, p. 4-10, 2001.

CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 04 - Ativos Intangíveis. Aprovado em 05 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

CRISÓSTOMO, V. L. Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países- *Intangible Assets: a comparative study of adopted criteria for recognition, measurement and disclosure in..* **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 1, 2009.

DOS SANTOS, J. G. C.; SILVA, L.S.; GALLON, A. V.; DE LUCA, M. M. M. intangibilidade e inovação em empresas no Brasil. **RAI: revista de administração e inovação**, v. 9, n. 2, p. 198-222, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. FIPECAFI. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOURA, G. D.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Evidenciação dos ativos intangíveis do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, p. 17-32, 2012.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C.; LEITE, J. S. J. **Manual de contabilidade internacional: IFRS, US GAAP E BR GAAP: Teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica**. São Paulo: Atlas, 2012. p. 76-97.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R.; RONCHI, S. H. Evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 9, p. 62-75, 2010.

SANTOS, J. L. Ativos intangíveis. **Revista ConTexto**, v. 2, p 1-14, 2002.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de ativos intangíveis: goodwill, capital intelectual, marcas e patentes, propriedade intelectual e pesquisa e desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHNORRENBERGER, D. Considerações gerais sobre ativos intangíveis. **Revista Contemporânea em Contabilidade**, n. 2, p. 85-107, 2004.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.